

## **Agentes pedem a inclusão do setor elétrico na MP do Bem CBIEE propõe desoneração de impostos para novos investimentos e correção de distorções no setor**

**Gisele de Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios**

**4/7/2005**

Os agentes voltam a reivindicar a desoneração dos impostos e encargos para o setor elétrico. Desta vez, o pedido foi feito ao relator da MP do Bem, deputado Custódio Mattos (PSDB-MG). A medida provisória prevê a isenção de impostos para o setor produtivo do país. Para Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica, a medida também ajudará no desenvolvimento econômico do país.

"A MP prevê isenção para produtos de exportação, mas antes da fabricação dos produtos, o país precisa de energia elétrica", afirma. No encontro com Custódio Mattos, a associação propôs a desoneração de impostos, como PIS/Cofins e IPI, para novos investimentos, facilitando a construção de usinas e aquisição de equipamentos. Outra proposta da CBIEE, segundo ele, foi corrigir as distorções no setor.

Neste caso, a principal reivindicação é excluir o setor elétrico da cobrança de PIS/Cofins. O imposto, aliás, é uma das grandes preocupações dos agentes. No último aumento, os tributos representaram um impacto de 2% a 3% nas tarifas de energia elétrica para o consumidor final.

"O Brasil é o campeão mundial na cobrança de impostos. Prova disso é que quase 50% do que é pago pelos consumidores são impostos e encargos", ressalta. Segundo Sales, o encontro com Custódio Mattos foi produtivo e o relator demonstrou interesse em se aprofundar no assunto.